

# Mulheres trabalhadoras negras e mídia: questões de reconhecimento sob a ótica de Nancy Fraser

*Black working women and the media: issues of recognition from the perspective of Nancy Fraser*

*Las trabajadoras negras y los medios de comunicación: cuestiones de reconocimiento desde la perspectiva de Nancy Fraser*

Gabriela Schmalfuss BORGES<sup>1</sup>  
Veneza Mayora RONSINI<sup>2</sup>

## Resumo

O texto apresenta elementos teóricos para uma possível articulação entre classe, raça, gênero e mídia em estudos empíricos de recepção e consumo de mídia: a teoria crítica de Nancy Fraser e sua discussão sobre o capitalismo como ordem social institucionalizada. Exemplificamos a proposta com o estudo empírico da experiência de mulheres quilombolas de comunidades situadas no Rio Grande do Sul de forma a entendermos as relações entre o engajamento delas no movimento Negro, as contradições de classe, de raça e de gênero e os usos da mídia.

**Palavras-chave:** Usos sociais; Mulheres trabalhadoras; Movimento Negro.

## Abstract

The text presents theoretical elements for a possible articulation between class, race, gender and media in empirical studies of media reception and consumption: Nancy Fraser's critical theory and her discussion of capitalism as an institutionalized social order. We exemplify the proposal with the empirical study of the experience of quilombolas women from communities located in Rio Grande do Sul in order to

---

<sup>1</sup> Doutoranda e mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); jornalista e especialista em Artes pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: gabischmalfuss@gmail.com. ORCID: 0000-0003-3178-6811.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutora pela Notting Trent University (CAPES) e Loughborough University (CAPES PrInt). E-mail: venezazar@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8669-3148.



---

understand the relationships between their engagement in the Black movement, class, race and gender contradictions and the uses of the media.

**Keywords:** Social uses; Working women; Black Movement.

### Resumen

El texto presenta elementos teóricos para una posible articulación entre clase, raza, género y medios en estudios empíricos de recepción y consumo de medios: la teoría crítica de Nancy Fraser y su discusión sobre el capitalismo como orden social institucionalizado. Ejemplificamos la propuesta con el estudio empírico de la experiencia de mujeres quilombolas de comunidades ubicadas en Rio Grande do Sul para comprender las relaciones entre su participación en el movimiento negro, las contradicciones de clase, raza y género y los usos de los medios.

**Palabras clave:** usos sociales; Mujer trabajadora; Movimiento Negro.

---

### Introdução

O texto apresenta elementos teóricos para uma possível articulação entre classe, raça, gênero e mídia em estudos empíricos de recepção e consumo de mídia, ou em outras abordagens nas quais a experiência dos indivíduos seja combinada com teorias abstratas para a compreensão e a explicação dos fenômenos sociais. Baseamo-nos na teoria crítica de Nancy Fraser, que articula classe, gênero e raça para entender o funcionamento das desigualdades; e nas reflexões de intelectuais feministas negras brasileiras, Lélia Gonzalez (2020), Beatriz Nascimento (2021) e Suely Carneiro (2024) sobre a opressão da mulher negra.

Uma das tarefas dos estudos críticos de recepção e consumo tem sido investigar o exercício da hegemonia, mas os avanços são tão tímidos, que consideramos, por um lado, uma abordagem integrada das formas de poder que obstaculizam a mudança ou transformação social e a formação de consciência libertária; por outro, uma abordagem das múltiplas formas de poder e as ações ou práticas direcionadas a contestá-las.

Na primeira parte do texto, conceitualizamos o capitalismo a partir da teoria crítica de Nancy Fraser (Fraser; Jaeggi, 2020), como ordem social institucionalizada com suas características econômicas e não econômicas para argumentar que a sustentação do sistema e, portanto, a mudança social não depende exclusivamente das lutas de classe, mas das lutas de fronteira: entre natureza e sociedade, entre Estado e mercado, entre produção e reprodução, entre exploração e expropriação. Dentre elas,



vamos nos concentrar no entendimento das duas últimas para pensar como classe, gênero e raça compõem um arranjo estrutural que explica as motivações dos agentes em práticas ou ações que possibilitem melhorar a posição de classe e, ao mesmo tempo, conquistar o reconhecimento como indivíduos que merecem respeito e direitos iguais aos demais grupos em disputa.

A teoria do capitalismo como ordem institucionalizada, vale dizer, como uma ordem na qual o plano de fundo não é uma superestrutura determinada pela produção, não tem o objetivo de mapear os fluxos causais entre essas divisões, mas fornecer um “mapa institucional que consiga situar e esclarecer o lugar da economia” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 65) na contramão do determinismo econômico, sua dependência do plano de fundo. Essas zonas não comodificadas, não espelham somente a lógica da mercadoria, operando também com uma lógica diferente como, por exemplo, algumas práticas orientadas à reprodução tendem a engendrar ideais de responsabilidade mútua e solidariedade.

A discussão teórica é a base para, na sequência, pensarmos a especificidade da experiência de mulheres quilombolas de comunidades situadas em um município no Sul do Rio Grande do Sul de forma a esclarecermos que o engajamento delas no Movimento Negro<sup>3</sup> é fruto das contradições de classe, de raça e de gênero. Os três termos são tomados como clivagens práticas da divisão social existente por não haver espaço suficiente para o tratamento teórico de cada uma delas. Na terceira parte, esboçamos uma descrição dos usos da mídia pelas mulheres que estão relacionados com cada uma das clivagens antes mencionadas.

## **A ordem social capitalista**

As características centrais do capitalismo incluem a propriedade privada dos meios de produção e a divisão de classe entre proprietários e produtores; a mercantilização do trabalho assalariado; a dinâmica de acumulação do capital acoplada a uma orientação ao lucro; a alocação do mercado dos insumos produtivos e do excedente social.

Tais características se ancoram em outras que “são suas condições de possibilidade de fundo” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 44). Assim, a exploração tem como

---

<sup>3</sup> O texto não tem por objetivo refletir o papel dos movimentos sociais, mas compreender as razões que originam a participação social e o papel da mídia neste processo.



fundo a expropriação; a produção de mercadorias depende da esfera da reprodução; a natureza como recurso é condição para a produção de mercadorias e para a acumulação de capital; assim como o poder estatal é o que garante o funcionamento das regras do mercado e da sociedade.

Se a exploração transfere valor para o capital sob o disfarce da livre troca contratual, a expropriação é o confisco bruto do trabalho, de terra, animais, ferramentas, minerais e energia. A expropriação foi promovida pelo colonialismo e imperialismo e se estende até nossos dias em condições de trabalho análogas à escravidão, nas condições desumanas de vida e em grupos majoritários, no caso do Brasil, tratados como minoria, ocasionando o racismo.

A divisão entre produção de mercadorias e reprodução social é marcada pelo gênero, sendo esta associada às mulheres e se caracteriza pela desvalorização econômica, na forma de trabalho não pago ou mal pago, e obscurecimento da importância social do trabalho do cuidado. Ao longo das fases de desenvolvimento capitalista, a divisão assume diferentes formas. No século XX, aspectos do trabalho da reprodução foram transformados em serviço público e o neoliberalismo está reprivatizando e recomodificando alguns desses serviços.

Olhar para a ordem social que gera as posições de sujeito permite identificar os mecanismos através dos quais a sociedade capitalista produz classe, gênero e raça como eixos de dominação, e, simultaneamente, ver que os modos de dominação não são apenas funcionais para a acumulação de capital, sendo espaços de contradição, luta social e normatividade não econômica (Fraser; Jaeggi, 2020). Aqui nos propomos a observar a possível relação entre tais espaços e a filiação ao Movimento Negro, expondo o quanto os aspectos da injustiça social e da indignação moral são os que movem as interlocutoras à participação.

Em determinados períodos, o regime de acumulação perde a capacidade de amenizar e neutralizar as contradições inerentes aos espaços de fundo não econômicos, fazendo com que os sujeitos invoquem ideais, valores e princípios inscritos na ordem institucional. No caso do grupo aqui observado, trata-se de ideais de cuidado, ajuda mútua e solidariedade associados à reprodução social, e ideais de igualdade racial associados à expropriação.

De algum modo, não são apenas os intelectuais que percebem a dominação e são capazes de uma crítica moral do capitalismo, mas as pessoas cujas vidas seguem a gramática limitada pela dominação normativa em torno de classe, gênero e raça. Se a



fase atual do capitalismo financeirizado é um regime de expropriação generalizada, ainda assim são as mulheres e as populações racializadas os atores para os quais o peso da expropriação recai de maneira desproporcional.

Outro aspecto da teoria de Nancy Fraser, complementar à discussão da redistribuição ou da exploração material, é o do reconhecimento. Para a autora, exploração material e diferenças culturais estão interligadas, o que se pode evidenciar nas questões econômicas e não econômicas de sua abordagem. O reconhecimento social de um grupo, em síntese, seria alcançado através do reconhecimento do status social e da igualdade dos direitos distributivos.

Além de Nancy Fraser, o conceito de reconhecimento já foi trabalhado por outros autores. Um dos mais proeminentes é Axel Honneth, que entende que o reconhecimento é obtido a partir da união entre amor, segurança jurídica e solidariedade. Para nós, no entanto, essa definição não é capaz de dar a devida atenção às questões de classe, fundamentais para entender o sistema capitalista. Conforme aponta Panigassi (2020, p. 238), para Fraser “apenas a luta por reconhecimento é insuficiente, na medida em que muitas vezes, não se levar em conta o princípio de distribuição conduz a medidas apenas afirmativas, mas não que visem à transformação e emancipação social”.

O embate de Nancy Fraser com a teoria do reconhecimento faz com que ela trate o conceito não como uma questão de identidade, mas de status social. O não reconhecimento se baseia na subordinação, no sentido de ser impedido de participar como um par na vida social (Fraser, 2003; 2006). Mas, se o reconhecimento implica corrigir visões estereotipadas dos grupos subalternizados, acreditamos que seja possível tratar o conceito também como uma questão identitária, vale dizer, como uma representação distorcida das diferenças de classe e gênero. Para nós, as representações denegadas estão associadas ao status de um grupo, porque parecem estar na base de atribuições de status. O conceito nos parece útil para analisar os usos da mídia, como veremos mais adiante no texto.

Finalmente, cabe notar a proximidade entre a articulação de raça, gênero e classe de Nancy Fraser (2003; 2006) com as autoras brasileiras Lélia Gonzalez (2020), Beatriz Nascimento (2021) e Sueli Carneiro (2024), que pensam as relações dialéticas entre os três termos sem que nenhum deles possa ser subsumido no outro. Além de assumirem, em maior ou menor grau, os aspectos históricos do modo de produção escravagista e capitalista como determinante na opressão dos negros, as autoras



brasileiras, tal como Fraser (2003; 2006), consideram a desigualdade determinada pela posição nas relações de produção e pela falta de prestígio ou respeito que os grupos possuem na sociedade.

Segundo Gonzalez (2020), o privilégio racial influencia a divisão do trabalho, levando a população negra a enfrentar sistematicamente o desemprego ou realizar trabalhos temporários, trazendo impactos a outras áreas de suas vidas, como saúde, educação e habitação. Assim, a autora expõe a racialização da pobreza, uma intersecção entre racismo e classismo, por considerar que a população negra enfrenta desvantagem material e simbólica em relação à população branca igualmente empobrecida.

A autora também ressalta que a categorização racial é elemento fundamental na estigmatização da identidade das mulheres negras em detrimento das mulheres brancas. Segundo ela, a ligação entre mulheres negras e trabalhos domésticos é bastante significativa por causa dos impactos da escravidão no Brasil. Gonzalez afirma que “ser negra e mulher no Brasil (...) é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (2020, p. 38). Gonzalez (2020) diz que essa razão é o que motivaria que mulheres negras sejam direcionadas à prestação de serviços, ocasionando a internalização da diferença e da subordinação, acrescida das jornadas contínuas de trabalho, o que perpetua a violência estrutural com o grupo.

Seguindo a mesma linha, Carneiro (2024) expõe a hipocrisia de uma sociedade que diz que busca garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres, mas que na prática, amplia apenas os acessos e os direitos de mulheres brancas.

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão (Carneiro, 2024, p. 1).

Igualmente, Nascimento (2021) entende que a sociedade colonial - revestida de caráter patriarcal - na qual nosso país foi forjado, permeia toda sua estrutura, trazendo reflexos aos dias atuais. A autora entende inúmeros fatores podem ser utilizados para a perpetuação de diferenças e, em um povo constituído de diferentes grupos étnicos, o fator racial ganha destaque.

O critério racial constitui um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. O efeito continuado da discriminação praticada pelo branco tem também como consequência



a internalização, pelo grupo negro, dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam aqueles lugares na hierarquia social, desobrigando-se de penetrar os espaços que estão designados para os grupos de cor mais clara, dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial (Nascimento, 2021, p. 53).

Para Nascimento (2021), a mulher negra cristaliza a estrutura de dominação nos dias atuais, seja em áreas urbanas ou rurais, uma vez que seu papel como trabalhadora não sofre grandes alterações. “As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais” (p. 53).

Segundo a autora, os mecanismos essencialmente ideológicos implicam em condições objetivas da sociedade. “Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato de ela ser uma mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados” (Nascimento, 2021, p. 54).

## **Mulheres trabalhadoras negras**

A forte correlação da expropriação com a questão racial nos permite observar o quanto as mulheres negras não apenas são expulsas das chances de melhores postos de trabalho – perdendo para as brancas, mesmo que sejam mais bem qualificadas –, quanto estão sujeitas a receber salários menores e a não terem direitos trabalhistas.

Em São Lourenço do Sul – município situado no Sul do Rio Grande do Sul, onde desenvolvemos um estudo com quatro mulheres quilombolas residentes de comunidades rurais – os quilombos<sup>4</sup> foram se firmando, principalmente, a partir da chegada de escravizados fugidos de Canguçu/RS, em grupos que ocuparam a Serra dos Tapes após 1830 (Rubert, 2005). Atualmente, são cinco comunidades reconhecidas, todas situadas na área rural.

No Brasil, existem atualmente 1,3 milhão de habitantes em áreas remanescentes de quilombos (Pilar, 2023). Para Nascimento (2021, p. 161), os quilombos podem ser entendidos como sistemas sociais alternativos e como forma de resistência cultural,

---

<sup>4</sup> Relação de comunidades quilombolas reconhecidas disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-rs-15062021.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021



representando “um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional”.

A discussão é fruto da dissertação de mestrado (Borges, 2023) *Consumo e identidades de trabalhadoras rurais pomeranas e quilombolas do sul do Brasil*<sup>5</sup>, desenvolvida entre 2021 e 2023. Nela, aplicamos a metodologia de retratos sociológicos, proposta por Bernard Lahire (2004). Ele se preocupa em estabelecer uma metodologia capaz de investigar como os indivíduos, de formas singulares, se configuram a partir de fenômenos socialmente produzidos, não sendo limitados somente a um grupo no qual pertencem, pois compreende que cada um teve experiências diferenciadas e estímulos diversos durante seus percursos de vida, alterando assim seus modos de pensar, interagir e se posicionar socialmente.

Nossa busca pelas disposições individuais consistiu na realização de entrevistas em profundidade, com perguntas variadas acerca das práticas de cada uma das participantes, mas dispostas de forma a contemplar e reunir aspectos suficientes acerca da escola, do trabalho, da família, das práticas culturais e de lazer das interlocutoras (Lahire, 2004, p. 32).

Para a pesquisa, entrevistamos mulheres quilombolas de 33 a 58 anos, além de mulheres pomeranas, que compõem outra comunidade tradicional presente no território. Entre as quilombolas, todas são naturais de São Lourenço do Sul e se autodeclararam negras. Três estão em relacionamentos estáveis, sendo que duas são casadas e uma está em união estável; todas têm filhos. As quatro foram iniciadas no mundo do trabalho a partir da atuação na lavoura, ainda cedo, por volta dos 10 a 12 anos.

A interlocutora mais velha estudou até a quinta série; a mais nova, terminou o ensino médio em 2022 e pretendia entrar na universidade em 2023. As outras duas concluíram cursos de graduação em universidades públicas, sendo que uma delas cursa mestrado. Três têm renda familiar mensal de um a dois salários mínimos, e apenas uma família se mantém com renda que gira entre dois a quatro salários mínimos.

Todas as interlocutoras vivem em minifúndios que medem de um a dois hectares, o que impede que aumentem a produção de alimentos. Assim, elas realizam apenas o cultivo para subsistência de suas famílias ao redor das residências. Além da indisponibilidade de espaço, todas relatam a dificuldade do acesso à água nas

---

<sup>5</sup> Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/29725>. Acesso em 15 ago. 2023.





localidades, que, em alguns casos, é escassa inclusive para tratar os animais, fazer comida e tomar banho em épocas de estiagem.

Com a impossibilidade de se manterem por conta própria na agricultura e as barreiras que enfrentam na tentativa de ocuparem postos de trabalho em funções mais remuneradas, seja permanecendo na zona rural ou migrando para a zona urbana, todas elas já atuaram como boias-frias<sup>6</sup> e/ou diaristas em serviços de limpeza em algum momento de suas vidas, prestando serviços a famílias brancas de fazendas próximas para garantir a própria sobrevivência. Os pais das quatro, assim como seus avós maternos e paternos, trabalharam, ao longo de todas as suas vidas, nessas mesmas funções, sem alcançar qualquer tipo de mobilidade econômica e/ou social com o passar do tempo.

Para Jaeggi (Fraser; Jaeggi, 2020, p.153), “o capitalismo nega nosso acesso àquilo que a sociedade produziu num sentido histórico”, desfazendo propositalmente a relação entre passado, presente e futuro.

O capital não é nada que não trabalho passado congelado, transformado num poder hostil que domina o trabalho vivo. Seres humanos ‘vivos’ são os produtores não só das mercadorias, mas também do próprio capital, a força pela qual são subjugados. Isso significa que o passado domina o presente (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 154).

Esse esquecimento social intencional, que busca invisibilizar o fato de que a falta de terra e recursos naturais das comunidades quilombolas hoje é reflexo do ontem, é o que tem sido combatido pelas mulheres entrevistadas, que assumem protagonismo nos locais em que vivem.

Ainda assim, há uma série de barreiras a serem rompidas. Como indica Fraser (Fraser; Jaeggi, 2020), existem mecanismos institucionais que operam na sociedade capitalista, produzindo gênero, raça e classe como eixos de dominação que se atravessam.

Essa dinâmica evidencia-se no território analisado quando percebemos que, enquanto na maior parte das vezes as mulheres brancas acabam se envolvendo em tarefas de menor esforço físico, são mulheres negras as contratadas para trabalhos manuais mais pesados, afinal, como bem lembram Miguel e Biroli (2014, p. 115), “raça e classe social incidem, sem dúvida, sobre barreiras e possibilidades”.

---

<sup>6</sup> Trabalhadoras rurais sem vínculo empregatício. O serviço é pago por dia e as tarefas são temporárias.



Entre nossas interlocutoras, uma ainda permanece na função de boia-fria, trabalhando sazonalmente em lavouras de fumo e soja da região, sem garantias trabalhistas. Uma é Licenciada em Educação do Campo, mas não conseguiu se inserir no mercado de trabalho formal e atua como dona-de-casa, plantando alimentos para subsistência e vendendo o excedente para complementação da renda familiar, que tem como principal fonte o salário do companheiro, que atua como vendedor; uma é aposentada, tendo trabalhado ao longo de sua vida como cozinheira; e a última, que também é formada em Educação do Campo, no momento se mantém a partir da venda de artesanatos com bonecas negras e cursa mestrado em uma universidade federal, à espera de bolsa.

Além da expropriação/exploração que sofrem no trabalho produtivo desempenhado fora de suas casas, em âmbito privado as interlocutoras também lidam com a sobrecarga, sendo as principais responsáveis pelas demandas de limpeza, cuidado e alimentação, fomentando o que Fraser (Fraser & Jaeggi, 2020) define como relações sociais não mercantilizadas, necessárias à reprodução da vida e uma das condições de fundo para a existência do capitalismo. Quanto à questão de gênero, cabe às mulheres as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos.

Alinhada à essa visão, Silvia Federici (2019) considera que a divisão sexual do trabalho no capitalismo romantizou o trabalho doméstico, impondo as tarefas como algo “natural” ao gênero feminino, e fazendo com que deixasse de ser visto, muitas vezes, como um trabalho. Ainda assim, as autoras (Federici, 2019; Fraser; Jaeggi, 2020) chamam atenção para o fato de que, em um sistema de classes, essas tarefas afetam, principalmente, as parcelas de mulheres mais vulneráveis, de classes mais baixas, racializadas e imigrantes.

Leandra Fonseca (2020), mulher quilombola que recentemente realizou um estudo antropológico nos quilombos da Região Sul, incluindo São Lourenço do Sul, explica que viver no meio rural e ser negra significa lidar com jornadas contínuas de trabalho, ao mesmo tempo que implica um grande envolvimento das mulheres em processos de liderança, principalmente dentro do Movimento Negro/Quilombola como forma de reivindicar seus direitos.

No caso de São Lourenço do Sul, todas as mulheres entrevistadas têm consciência das opressões que sofrem em função de seu gênero, raça e classe, e buscam, a partir da militância, uma forma de enfrentarem essa realidade. As quatro integram as respectivas associações quilombolas de suas comunidades, sendo que as duas mais



velhas atualmente têm participado de ações e eventos realizados no próprio município, e as duas mais novas costumam representar a região em eventos sediados em diversos pontos do estado ou do país, indo inclusive a audiências junto ao Ministério Público em Brasília/DF, em busca de políticas públicas que atendam as demandas do povo quilombola.

Além disso, compreendendo o papel do acesso à terra, da preservação de recursos naturais e da segurança alimentar para manutenção da vida nas comunidades negras, estabelecem um diálogo constante com iniciativas que buscam o fortalecimento da agroecologia em solo lourenciano, como o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS), participando de cursos, formações aplicação de projetos.

Considerando que a pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid-19, constatamos que o período não alterou significativamente as jornadas de trabalho agrícola das entrevistadas, porém, potencializou a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado entre as que têm filhos em idade escolar.

Entre os anos de 2020 e 2021 as mulheres rurais também diminuíram sua participação em encontros sociais ou de movimentos que participam. Além disso, a pandemia reduziu o acesso a políticas públicas que impactam o dia a dia de suas famílias, com o fechamento de escolas do campo, a paralisação do transporte escolar e a redução do número de linhas de transporte coletivo rural (afetando diretamente os quilombos), um cenário que evidencia as opressões engendradas no capitalismo contra mulheres racializadas.

## **Mídia e necessidades**

Na dissertação fruto deste artigo (Borges, 2023), nos debruçamos sobre o consumo de mídia das interlocutoras para responder questões acerca de representações midiáticas e da autorrepresentação delas próprias, mediada neste caso pela sociabilidade, identidade e pelas redes que tecem como trabalhadoras rurais.

Não nos restringimos apenas a um texto de mídia específico, mas buscamos entender como cada interlocutora adere a um determinado “fluxo comunicacional” (Ronsini, 2004). Nesse caso, o exame do consumo midiático possibilitou que acessássemos as opiniões e a compreensão das interlocutoras acerca de si e do mundo,



avaliando o papel delas no processo de ruptura de determinados costumes, mas também na reprodução do paradigma vigente.

A pesquisa se alinhou com a vertente de estudos culturais, especificamente, a teoria dos usos sociais da mídia, de Jesús Martín-Barbero (1997), tendo em vista os entrelaçamentos que o autor propõe entre a cultura e os produtos midiáticos no cotidiano dos indivíduos.

Nick Couldry (2012) defende que podemos entender a importância da mídia para as pessoas a partir das necessidades que ela atende. Quando indagamos as mulheres quilombolas sobre as práticas que dependem dos usos da mídia, sobressaem-se a necessidade econômica, a necessidade étnica e a de reconhecimento. A necessidade econômica diz respeito à busca de oportunidades de trabalho e qualificação. A necessidade étnica se observa no apreço por temas como a herança histórica da luta e da cultura afro-brasileira. A necessidade de reconhecimento se entrelaça com as anteriores e se estende à identificação ou projeção com protagonistas negras no jornalismo, arte e/ou telenovelas.

Nas entrevistas, as interlocutoras comentaram que não se sentiam representadas nos conteúdos midiáticos consumidos e destacaram que a presença de pessoas negras ainda é ínfima perto das pessoas brancas. Ainda assim, apontaram diversos exemplos recentes de atores e jornalistas “bem-sucedidos”, destes, todos vinculados à área urbana. Entre os nomes mais citados, estão os atores Lázaro Ramos e Taís Araújo, e as jornalistas Glória Maria e Maria Júlia Coutinho (Maju). As mulheres mencionadas, principalmente, são fontes de inspiração para o reconhecimento social e para o reconhecimento subjetivo (Campanella, 2019), sendo que uma das participantes da pesquisa diz, inclusive, que queria “ser” elas, se referindo a Taís Araújo, Glória Maria e Maju.

Por conviverem com a restrição de espaço para cultivo e com a falta de recursos materiais, as interlocutoras acreditam que melhores condições econômicas para suas vidas serão sempre adquiridas a partir do estudo. Assim, visualizam nas mulheres negras da mídia as representações de pessoas que estudaram e conquistaram os lugares que almejavam e, com base nisso, se movimentam em busca de outros espaços onde negros não ocupem posições subalternas, mas estejam em equidade. Pelo fato de terem poucos exemplos, também, entendem que precisam se movimentar e elas próprias serem exemplos para as gerações mais novas, incentivando umas às outras nos desafios a que se propõem.



Na pesquisa, tentamos avaliar a leitura das interlocutoras questões relacionadas ao gênero, à classe, e às relações étnico-raciais a partir de imagens que elas consomem, especialmente provenientes das telenovelas e dos telejornais, percebendo como essas imagens atuam nas representações que elas têm acerca da mulher trabalhadora rural e na construção de suas identidades.

Entre as opções preferidas na grade de programação da televisão, os telejornais são mencionados por todas as quatro entrevistadas, seguido pelas telenovelas, mencionadas por três.

A audiência aos programas noticiosos se dá por interesse em geral nas notícias, com especial atenção a previsão do tempo e a reportagens relacionadas à agricultura; às novas tecnologias, como a luz solar; e à política. A audiência geralmente acontece em um espaço compartilhado da casa, como a sala, e demonstram dedicar bastante atenção ao que está sendo veiculado, solicitando inclusive que familiares troquem o canal quando chega o horário dos telejornais.

A audiência de telenovelas, filmes e minisséries também acontecem no espaço compartilhado da sala, especialmente à noite. As obras que relatam ter chamado mais a sua atenção envolvem a questão racial, seja em enredos que expliquem como se deu o período escravocrata, ou na busca por histórias inspiracionais.

A partir de conversas realizadas, todas criticam sub-representações da mídia, com negros em posições estereotipadas, de subalternidade e/ou criminalizados, e notamos suas buscas por enredos que valorizem o papel do negro. Assim, entendem que o reconhecimento ou não reconhecimento em filmes, noticiários e telenovelas têm ênfase na condição racial, e aspectos como gênero, classe e a própria ruralidade se interligam, em segundo plano: 1) A mais velha gosta de novelas antigas e minisséries que retratem o período do Brasil Colonial, para que possa compreender a história e as relações que se davam naquele espaço de tempo; 2) a mais nova, que gostaria de “ser” Taís Araújo (além de Glória Maria e Maju), busca novelas com núcleos negros, que lembrem de si própria, e se inspira em Taís para reproduzir formas de embelezamento dos cabelos: já pintou, alisou, fez tranças, cachos e comprou *lace*<sup>7</sup>, sempre motivada por tendências trazidas por personagens da atriz; além disso, mantém uma leitura atenta aos filmes veiculados ao longo do ano nos canais que assiste, ressaltando sua indignação em relação à grande exaltação à cultura negra pela mídia apenas em

---

<sup>7</sup> Peruca com acabamento mais natural



novembro, em função do Mês da Consciência Negra. A partir dessa reflexão, reivindicou que houvesse mais espaço sobre a temática na escola dos filhos todos os meses do ano. 3) A que cursa mestrado, há um tempo se dedica à busca de vestígios sobre seus antepassados e, a partir de documentários e filmes que falam sobre a história da negritude, diz que tenta compreender mais a história de líderes de movimentos, como Malcom X. Pela incerteza de não saber de qual país africano veio, também tenta, a partir das histórias que vê em filmes e documentários, pensar como era a vida de gerações anteriores de sua família. 4) Por fim, a última interlocutora, que tem uma filha fruto de um casamento interracial, assistia a novela “A Escrava Isaura” e se sentia contemplada pela história, não vendo problemas na personagem principal ser branca, uma vez que sua filha é. Também via “Amor de Mãe” e relacionava a história de Regina Casé, que teve um filho roubado na narrativa, como as mulheres negras escravizadas, que eram separadas de seus filhos.

Nos últimos anos, a internet também têm sido uma ferramenta fundamental nas lutas do Movimento Negro/Quilombola de São Lourenço do Sul. Atualmente, todas as interlocutoras têm rede de internet wi-fi em suas residências. A maioria sentiu maior necessidade e passou a pagar pelo serviço nos últimos anos, principalmente a partir da pandemia de Covid-19, especialmente aquelas que têm filhos em idade escolar.

Todas elas se comunicam pelo aplicativo de mensagens WhatsApp. Ainda que os usos sejam diversos, é um denominador em comum entre as quatro a troca de mensagens referentes às associações quilombolas que integram. A ferramenta é útil para agendar reuniões, organizar eventos e otimizar o processo de entrega de doações de cestas básicas recebidas pelas lideranças, assumindo papel semelhante ao retratado por Janine Bargas e Rousiley Maia (2017), em estudo realizado com quilombolas do Pará. A partir de interações cotidianas, os participantes da pesquisa de Bargas e Maia (2017) apropriaram-se do WhatsApp como um caminho fundamental no aprendizado coletivo, para o processo seletivo que dava acesso ao ensino superior de uma universidade federal paraense.

Entre nossas quatro interlocutoras, as três mais novas utilizam as redes sociais Facebook e Instagram. Embora o uso do Instagram seja quase nulo, o do Facebook apresenta relevância no cotidiano delas.

Das três que estão cadastradas no Facebook, todas acompanham páginas de valorização da cultura negra em suas diversas formas, seja a partir de movimentos sociais, exaltação da beleza negra, artesanato com bonecas negras e/ou práticas



culturais, como a capoeira. Além de postagens junto a amigos e família, geralmente publicadas em alusão a alguma data comemorativa, e mensagens motivacionais e/ou de cunho religioso, algumas utilizam o espaço para reforçar seu espaço de identidade negra, compartilhando fotos em encontros do Movimento Negro/Quilombola e viagens realizadas a locais do país em função da militância.

Ainda que no geral sejam assuntos de interesse público da cidade, as notícias que acessam a partir do Facebook por vezes estão relacionadas à temática racial. Um exemplo é a busca de notícias sobre a autora Conceição Evaristo pela interlocutora mestranda, que tem na escritora negra um dos objetos de pesquisa de sua dissertação. O meio também foi utilizado para que algumas buscassem informações sobre as últimas eleições presidenciais e governamentais, realizadas em outubro de 2022, por compreenderem que o processo traria reflexos ao seu cotidiano; e para que se atualizassem, de forma corrente, sobre a abertura de editais de processos seletivos de universidade e oportunidades de trabalho.

## **Conclusões**

A relação entre mídia e reconhecimento, no caso das mulheres quilombolas, pode ser compreendida, como apontado anteriormente, sob a ótica do reconhecimento subjetivo (Campanella, 2019) e do que poderíamos designar como reconhecimento coletivo, pois as opressões sofridas não permitem lidar apenas com a posição individual, mas lutar efetivamente pelo reconhecimento na esfera pública. Vemos que a identidade pessoal só pode ser transformada e reconhecida socialmente em articulação com a luta política do movimento quilombola.

A mídia, no caso estudado, parece atender mais ao anseio pela autorrealização do que promover o reconhecimento social, mesmo que gere um efeito demonstração com personalidades negras de destaque no campo cultural brasileiro. Ainda assim, no entendimento das interlocutoras, o reconhecimento dos negros é incipiente mesmo nos canais de comunicação. Sem dúvida as práticas ligadas à mídia estão articuladas com instituições como a escola/universidade e movimento social quando se trata de ensinar a luta política.

As questões de fundo do capitalismo utilizadas para situar a opressão das mulheres negras trabalhadoras – situação exploração/expropriação, produção/reprodução – fornecem um quadro da complexidade exigida na luta política



para que elas possam ser reconhecidas socialmente porque, por um lado, o gênero é condição de fundo da opressão de classe; por outro, exige uma alteração nas relações entre homens e mulheres pertencentes à mesma classe.

Um dos limites dessa investigação é não utilizar o potencial analítico das categorias de fundo do capitalismo criadas por Nancy Fraser para entender de que modo elas estão relacionadas com a opressão de gênero, raça e classe construídas também pela mídia. Acreditamos que pesquisas futuras podem testar seu valor heurístico. Pesquisas realizadas com outro referencial teórico distinto de Nancy Fraser, e igualmente sob a influência do marxismo, nos fornecem algumas pistas sobre a importância da mídia em reforçar a questão de fundo da reprodução. Mesmo que mulheres de classe dominante e de classe trabalhadora critiquem a atribuição da responsabilidade sobre o espaço doméstico às mulheres, a mulher exemplar é aquela capaz de realizar todas as tarefas profissionais sem prejuízo ao cuidado do outro e do lar (Ronsini et. al., 2017; 2019). As imagens de mulheres na mídia consumidas pelas interlocutoras, principalmente a partir da televisão, reforçam o papel da mulher heroína, que se divide entre o espaço público e privado.

A tensão entre produção e reprodução é assim neutralizada, favorecendo o capitalismo e o seu ideal das esferas separadas, enfatizando a reprodução como uma responsabilidade das mulheres.

---

## Referências

CAMPANELLA, Bruno. Em busca do reconhecimento midiático: a autorrealização do sujeito na sociedade midiaticizada. **E-Compós**, v. 22, n.1, jan./mar. 2019

COULDRY, Nick. **Media, society, world**. Social theory and digital media practice. Polity: Cambridge, UK, 2012.

BARGAS, Janine; MAIA, Rousiley. Quilombolas no WhatsApp: o papel do aprendizado coletivo nas lutas por reconhecimento. **Comunicação Mídia E Consumo**, 14(41), 31–52, 2017

BORGES, Gabriela. Consumo e identidades de trabalhadoras rurais pomeranas e quilombolas do sul do Brasil. 2023. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Site da Prefeitura de Campo Grande**, 2024. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semu/downloads/artigo-enegrecer-o->





feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/. Acesso em: 19 mar. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

FONSECA, Leandra Ribeiro. Mulheres quilombolas: trajetórias de luta e identidades em construção. 2020. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia) -Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2020.

FRASER, Nancy. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation, 2003a in Fraser, Nancy and Honneth, Axel. **Redistribution or recognition.** A political philosophical exchange, Verso, London – New York, 2003.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era Pós-socialista? In: **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate.** São Paulo: Boitempo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica. In: LIMA, Marcia e RIOS, Flávia orgs. **Por um Feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 49-64.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos:** disposições e variações individuais. Artmed Editora, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. **Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PANIGASSI, Pedro Luis. Axel Honneth e Nancy Fraser: dilemas entre o reconhecimento e a redistribuição. **Revista Sem Aspas**, p. 231-246, 2020.

PILAR, Vitória. O censo dos quilombolas. **Revista Piauí**, 27 de julho 2023. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-censo-dos-quilombolas/>. Acesso em 30 de julho 2023.

RONSINI, Veneza Mayora. **Entre a capela e a caixa de abelhas:** identidade cultural de gringos e gaúchos. EDIPUCRS, 2004.

RONSINI, et. al. Os sentidos das telenovelas nas trajetórias sociais de mulheres de classe popular. **E-Compós**, v. 20, n, 1, p. 1-17, jan./abr. 2017.

RONSINI, et. al. Telenovelas brasileiras, mulheres da classe dominante e a moderna tradição de gênero. **Comunicação, Mídia, Consumo**, v. 16, n. 46, p. 333-353, mai/ago 2019.

RUBERT, Rosane. **Comunidades Negras Rurais do Rio Grande do Sul:** um levantamento socioantropológico preliminar. Porto Alegre/Brasília: RS Rural/IICA, 2005.



★

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.